

Colonos gaúchos pedem terras desapropriadas

LUIZ PADOVANI
Enviado Especial

NONAI — Os colonos expulsos pelos índios Kaingangues, da Reserva da FUNAI, começaram ontem um movimento no qual reclamam do Governo um pedaço de terra da Fazenda Sarandi, desapropriada antes de 1964 e, hoje, sob controle do Exército. Uma capela, ao redor da qual muitos colonos permanecem acampados, situada fora dos limites da reserva amanheceu ontem, com inscrições alusivas ao fato. O movimento tende a ganhar volume, na medida em que estão escasseando a água e os viveres e ninguém toma providências. Depois que as autoridades da FUNAI conseguiram impedir, temporariamente, o processo de expulsão de mais colonos da reserva — não se sabe quantos permanecem ali — reinava uma calma tensa na região.

Ao meio-dia de ontem, chegaram a Nonoai o general José Eduardo Lopes Teixeira, comandante do Batalhão de Fronteira sediado em Santo Angelo, e os secretários gaúchos do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, e da Segurança Pública, Rubens Moura Jardim, que imediatamente se dirigiram ao posto da FUNAI, situado na reserva, para uma reunião com o delegado regional do órgão, José Carlos Alves, e as autoridades municipais.

A reunião ganhou a noite, sem que se soubesse o que estava sendo tratado, pois nas estradas que dão acesso ao posto haviam barreiras guarnecidas por soldados da Brigada Militar, armados de fuzis.

O delegado da FUNAI, entretanto, rapidamente forneceu algumas indicações sobre a situação entre os índios, antes de ir para a reunião.

De acordo com José Carlos Alves, os Kaingangues não expulsarão mais brancos naquela reserva, dilatando o prazo até que façam a colheita de milho e feijão e, então, se retirem.

Ele adiantou também que, depois de concluída a reunião, seria dada a ordem para desarmamento, tanto de colonos como de indígenas, que deverá ser feito pelos 200 homens da Brigada Militar que foram deslocados para a área. Sobre o destino dos posseiros, nada foi anunciado.

TERRA / E NÃO GUERRA

"Queremos só terra, não guerra". "Justiça e trabalho para todos". Estas e outras frases, escritas a giz, amanheceram decorando as paredes externas da Capela de Taquaruçuzinho, uma vila situada na fronteira com a Reserva de Nonoai, onde estão arranchadas cerca de 100 famílias de posseiros expulsos das terras indígenas.

O episódio da revolta dos Kaingangues, nesse sentido, bastou para reacender a questão de terras na região. Um problema contornado durante muito tempo por meio de expedientes, como o de permitir que os colonos cultivassem a reserva.

É uma história que começou logo depois do Movimento de 1964, quando o Governo sustou — no dizer das autoridades, "temporariamente" — o processo de reforma agrária iniciado anteriormente.

Aos colonos, avivados ante a perspectiva criada de chegarem a possuir um pedaço de terra, o antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a sua sucessora, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), arrendaram lotes dentro da reserva, contrariando todos os princípios que deveriam reger a política indigenista.

De apenas 14 famílias detectadas naquela época, em 14 anos o número chegou ao milhar. As estimativas hoje contavam entre cinco e sete mil pessoas na área, que agora não têm para onde ir.

CONSCIÊNCIA

Apesar de todo o preconceito que os posseiros — como de resto a maior parte da comunidade branca da região — devotam aos índios, eles têm plena consciência de que as terras da reserva não podem lhes pertencer.

"A gente sabe que as terras não são nossas e que os contratos de arrendamento já venceram não é de hoje, mas a gente entrou lá e ficou, pagando por isso. Eu tenho os recibos" — disse Luís da Cruz, um dos colonos que estão acampados em Taquaruçuzinho, recebendo o apoio imediato de todos os que estavam em volta.

Os posseiros expulsos admitem, entretanto, o direito dos índios à área integral da Reserva, como explicou Marcondes de Jesus Vieira: "Os índios estão com a razão em não querer o branco lá dentro. O que não devia mesmo

era terem deixado a gente entrar".

SARANDI

As famílias já expulsas — que ninguém sabe quantas são até agora, pois há gente espalhada pelas vilas e estradas em toda a periferia da reserva — têm apenas uma preocupação: saber que destino terão.

Eles sabem, todavia, que terras não faltam no Rio Grande do Sul para resolver o problema, entre elas a famosa Fazenda Sarandi (a 80 quilômetros de Nonoai), uma das primeiras a serem desapropriadas no período anterior a 1964.

O deputado gaúcho Aldo Pinto (MDB), que considerou o Exército como "um dos maiores latifundiários do Estado", explicou entretanto, durante a sua estada em Nonoai, na terça-feira, passada, que há 16.000 hectares de terras em Sarandi arrendados a particulares de grandes recursos. A eles foram acrescentados mais 17.000

hectares da Fazenda Saicã (em Rosário do Sul) e os 18.000 da Coudelaria do Exército em São Borja, que estariam sendo utilizadas da mesma forma. Juntas, essas áreas somariam uma quantidade de terra mais de três vezes superior aos 15.000 hectares de toda a Reserva de Nonoai.

Quanto a Sarandi, palavra que apareceu várias vezes escrita nas paredes da capela de Taquaruçuzinho, os colonos lamentavam o seu destino: "Eles deram a terra para os grandes, que têm máquinas, tratores e muitos recursos. Nós, que temos quando muito uma carreta e somos pobres, nada" — salientou Luís da Cruz.

Em Brasília, a assessoria de Imprensa da Funai informava ontem que o presidente do órgão indigenista general Ismarth de Oliveira viajará, até o início da próxima semana, para o posto de Nonoai, "para dar prosseguimento a viagem de inspeção aos postos indígenas de Pernambuco iniciada há uma semana".